



ACTAS

TOMO I

**Memória Histórica: História da Família, Genealogia e Heráldica
Arquivos e Documentação Familiar**

30 de Novembro a 2 de Dezembro de 2017

CASA DAS ARTES

ARCOS DE VALDEVEZ



Ficha Técnica

Título:

**Actas do 5.º Congresso Internacional
Casa Nobre – Um património para o futuro**

Edição:

Município de Arcos de Valdevez

Data:

Novembro de 2020

ISBN:

978-972-9136-87-0

[Título: Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o Futuro
Arcos de Valdevez, 30 de Novembro a 2 de Dezembro de 2017]

[Autor: Vários]; [Co-autor(es):]; [Suporte: Eletrónico]; [Formato: PDF / PDF/A]

Memória Histórica

História da Família, Genealogia e Heráldica

Conde de Barca: tendo resolvido nomear o Ministro
que me ha de servir na Secretaria de Estado. Ao
Conde o nomeio na dos Negocios Estrangeiros e
da Guerra, e na Secretaria da Casa de Bragança
Para a da Marinha nomeio Conde de Palmella:
Presidente do Exario João Paulo Bezerra: e na
dos Negocios do Reino, o Conde dos Arcos. O
Conde faça levantar a Decreta necessarios. Palácio
do Rio de Janeiro — de Maio de 1817.

= Afinado = Rey

OS «RIBEIRO FALCÃO», DE BASTO, E O VÍNCULO DA QUINTA DO PAÇO (1647)

PEDRO VILAS BOAS TAVARES
CITCEM / FLUP
ptavares@letras.up.pt

Antes de tudo, não poderemos deixar de exprimir as nossas felicitações à Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e aos nossos colegas e amigos da Comissão Organizadora deste V Congresso Internacional «*Casa Nobre – Um Património para o Futuro*», cuja feliz, regular e frutuosa realização, como se vê desta edição, é já uma “instituição”, outrossim manifestando o nosso reconhecimento pelo honroso convite a continuarmos associados à Comissão Científica deste projeto em marcha, bem como à produção de investigação nele originada. Desejamos muito especialmente abraçar, de forma muito cordial, o nosso amigo e ilustre arcoense, Doutor Luís Pimenta de Castro Damásio, sem cujo entusiasmo e solicitude pessoal, as terras de Basto ficariam certamente – pelo menos para nós – algo mais distantes das de Arcos de Valdevez...

1.1. Por via familiar, decorrendo do casamento de Pedro Ribeiro Falcão com D. Filipa Tavares (em 4.1.1711), os primeiros «Ribeiros Falcão» com que em Basto topei, foram naturalmente os “meus”, da Casa da Ponte de Petimão, S. Clemente de Basto¹, aparentados com Francisco Ribeiro do Canto, o benemérito reformador *a fundamentis* da capela do Santíssimo da Igreja de Santa Senhorinha².

Não interessam propriamente para aqui as armas e timbres ou a genealogia remota destes Ribeiros, de que alguma papelada tardia, de oitocentos, da referida Casa da Ponte, ainda se fazia eco³...

1.2. Interessa sim, a partir da análise do texto do «*testamento e instituição*» do «*vínculo de morgado e capela*» deixado pelo presbítero Jorge Ribeiro, abade de Santa Senhorinha, e falecido nas suas «*Casas do Paço*», ver que ilações é possível tirar nos domínios de administração de bens, propriedade eclesiástica e utilização dos mecanismos institucionais-vinculares como forma de ampliação da afirmação social e “nobilitação” de família nos sucessores, bem como de elevação do estatuto das respetivas moradias de família, de que aqui se dará breve conspecto, circunscrito a terras de Basto⁴.

¹ Cf. *Arquivo da Casa de Quintela, S. Clemente de Basto* (ACQ), Maço de Certidões (n.ºs 5 e 6), pedidas por Plácido Tavares da Veiga Falcão, Senhor da Casa da Ponte de Petimão, e passadas em 1815, em Braga, pelo Escrivão dos Livros Findos, Custódio Gomes da Silva. Sobre a ligação desta Casa da Ponte de Petimão à Casa da Breia de Baixo ou da Fonte da Breia, freguesia de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto, cf. Pedro Vilas Boas Tavares, *Cabeceiras de Basto: da Reconquista e dos primórdios à regeneração demoliberal*, in *Cabeceiras de Basto, História e Património* (coord. Isabel Fernandes), C. M. Cabeceiras de Basto, 2013, pp. 414 e 415.

² Cf. Pedro Vilas Boas Tavares, *Senhorinha de Basto: memórias literárias da vida e milagres de uma santa medieval*, «*Via Spiritus*» Revista do Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, U. P., Ano 10 (2003), pp. 20-22; cf. Sandra Baeta, *Santa Senhorinha de Basto. Memória hagiográfica, culto, espaços sacros*, Cabeceiras de Basto, Ed. da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Senhorinha de Basto, 2017, pp. 77-87.

³ Cf. ACQ, *Armas e Timbres dos Apelidos [da Casa] de Figueiredo de Ribas e da Casa da Ponte de Petimão, S. Clemente de Basto*, caderno ms. truncado. 18 pp. preenchidas por cópia de duas diferentes letras.

⁴ Tal como tivemos ocasião de fazer oralmente, na nossa apresentação pública, não poderemos deixar de reiterar o nosso mais cordial agradecimento ao Ex.mo Senhor Januário de Moura Oliveira, proprietário da Quinta de Sestelo, prestigiado comerciante e empresário



Livro do Tombo da Quinta do Paço, capa em pergaminho.

morador em Arco de Baúlhe, o qual, com franca delicadeza e amizade, nos confiou o setecentista *Livro do Tombo da Quinta do Paço*, para uma sua primeira análise, de que aqui daremos conta. Este livro ms. primorosamente conservado, chegou às suas mãos em virtude da aquisição da Quinta de Sestelo, propriedade indissolvelmente ligada, conforme referiremos, à Quinta do Paço. À fl. 1.º esclarece-se: *Livro do Tombo da Quinta do Passo de que foy instituidor o Reverendo Jorge Ribeyro, Abbade que foy da Igreja de Sancta Senhora (sic) e agora Administrador do Vincolo delle o Reverendo Doutor Manoel Felis de Souza Pereira que todo vay numerado e rubricado por mim com hum dos meus sobrenomes que diz Andrade, e a requerimento do dito Administrador se deu este treslado na forma da minha Sentensa ao diante copiada, e por verdade mandey fazer este termo que assigney e eu José de Aragão Atahide e Camara, escrivão do Tombo o escrevy. / Ass.: Serafim dos Anjos Pacheco de Andrade / José de Aragão Atahide e Camara.*

1.3. O Padre Jorge Ribeiro, que aqui se nos apresenta como instituidor de vínculo de morgado e capela, na Freguesia de Santa Senhorinha, que pastoreara, era por certo da família de Francisco Ribeiro do Canto, o abonado e criterioso reconstrutor da capela tumular de S. Gervásio, Santa Godinha e Santa Senhorinha, na qual reservou sepulcro para si e família directa, neste tendo aberto as armas dos Cantos.

Conforme Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, em Basto (Santa Senhorinha) viveu Gaspar Ribeiro, que casou segunda vez com Margarida do Canto (filha de Jerónimo Pires do Canto, que foi para a ilha da Madeira, onde casou com Domingas Lopes Galvão). Teve desta mulher, entre outros filhos, a Francisco Ribeiro do Canto, que nasceu em Santa Senhorinha, e «passando à dita ilha» nela tinha muitos cabedais, tendo casado com Maria Lopes Galvoa, «que devia ser parenta ou irmã da primeira mulher de seu pai, de quem não teve filhos legítimos»⁵. De acordo com um assento lançado no correspondente livro de casamentos pelo pároco de Santa Senhorinha, Padre Jorge Ribeiro, a 1 de Novembro de 1613, «se receberam em face da Igreja», perante ele e as testemunhas presentes, Simão Dias Ribeiro, filho de Gonçalo Dias Ribeiro, da Costa, e de Ana Marques, de Santo André de Riodouro, com Margarida Francisca, filha de Adão Jorge e sua mulher Antónia Gonçalves, de Olela. Ora Gaspar Ribeiro e um seu outro filho, Pedro Ribeiro do Canto, intervêm como testemunhas deste casamento, ao lado de Jorge Dias Ribeiro, Dâmaso Ribeiro de Andrade, e Francisco de Magalhães, todos da Freguesia de Santa Senhorinha...

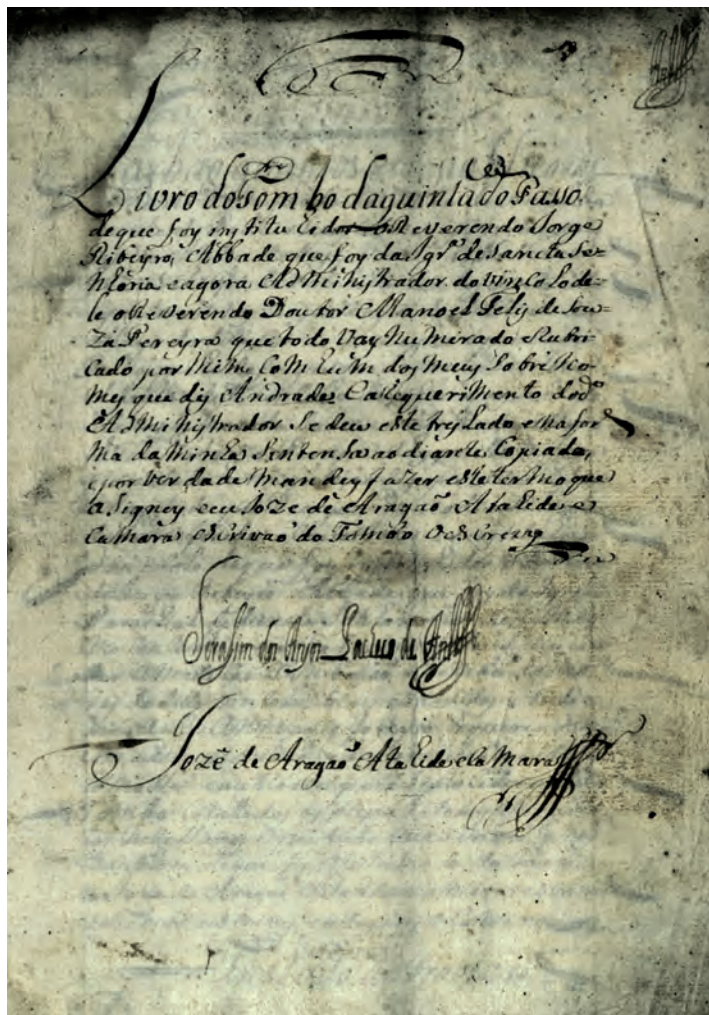
1.4. Quando, graças a bem sucedida reforma nos anos trinta de seiscentos e durante a época da Restauração, a Igreja de Santa Senhorinha, ganhar uma forma próxima da que actualmente é a sua, já o termo da freguesia será um alfofre de casas nobres, de grande significado histórico e patrimonial.

Em *Eirões*, em casa de quinhentos, continuavam a viver os Magalhães Machado, e a *Casa de Sobrado* passara a poder gloriar-se de aí ter visto a luz Pedro Machado, hoje o venerável Pedro de Basto (S.J.), falecido em Cochim em odor de santidade em 1646, e segundo os hagiógrafos, um dos «profetas» da Restauração Portuguesa. Para seiscentos, juntem-se-lhe: *Cainhos*, casa nobre armoriada com sua capela de Nossa Senhora da Conceição, cuja fábrica se deve a seu senhor, Miguel Leite de Almada, posteriormente fornecendo, entre outros cargos, «cavaleiros da governança» da vila de Guimarães; *Mozes*, da família Abreu Bacelar, em 1661 ligada à casa do Souto de S. Clemente, por casamento de Clara de Abreu Bacelar com Gonçalo Ribeiro Falcão, senhor desta última. Note-se que este era filho de Geraldo Falcão, 1.º administrador do morgadio do *Paço*, em Santa Senhorinha, instituído precisamente, conforme referido, em 1647, por seu tio, Padre Jorge Dias Ribeiro, abade desta freguesia, neto paterno de Gonçalo Gonçalves Falcão, senhor da *Quinta de Fundevila* e bisneto paterno de outro Gonçalo Gonçalves Falcão, senhor da *Casa de Refalcão*, ambas – insistimos – nesta mesma freguesia, sendo de notar que estamos perante os mesmos Ribeiros que também emprestam o timbre ao brasão setecentista da *Casa de Alvação*. Lembrem-se ainda *Sestelo*, da família Sousa Magalhães; *Vila Garcia*, casa com escudo de armas de Barros, Cardosos e Pintos, por carta de brasão concedida por Filipe III a Gregório Pinto de Barros; *Carcavelos*, dos Leite Lobo, prosseguindo ainda hoje na família. Ainda no aro desta mesma freguesia de Basto, outras casas há evidentemente a registar, mas já nos falamos mais de setecentos e oitocentos, como é o caso de *Olela*, com raízes genealógicas na vizinha *Cainhos* (e familiarmente ligada à *Casa do Arco* e ao palácio de Vila Flor, de Guimarães), vendida em 1974 por D. Bernardo Almada (Azenha) e infelizmente reconstruída fora da região, e do *Forno*, bela moradia solarenga preservada na família, rodeada e recheada dos cuidados e objetos de interesse etnográfico que o critério colecionista dos seus donos do transato século aí foi reunindo⁶.

⁵ *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*, Vol. I, Ponte de Lima, Ed. Carvalhos de Basto, p. 397.

⁶ Cf. Pedro Vilas Boas Tavares, *Cabeceiras de Basto: da Reconquista e dos primórdios à regeneração demoliberal*, in *Cabeceiras de Basto, História e Património* (coord. Isabel Fernandes), C. M. Cabeceiras de Basto, 2013, pp. 93-94.

1.5. Queremos precisamente chamar aqui a atenção para uma casa, honrosa cabeça de vínculo, hoje edifício de bem insignificante de aspecto, mas cujo nome, *paço*, corresponde à dignidade histórica do topónimo, uma vez que designativo de casa e de lugar.



Fl. 1r.º do Livro do Tombo da Quinta do Paço
(148 meias folhas de papel numeradas e rubricadas; 30,5 × 21 cm).

Em setecentos descrevia-se uma «corrente de casas» com vinte e cinco varas de largo, de norte a sul, com frente de muro, porta e quinteiro para a estrada pública, de dezasseis varas e meia, de nascente a poente, e quintal por detrás, constando de «uma sala camara e varanda», e outra morada de casas constando de «cozinha, sala e cortes»⁷... Casa bem modesta, mas suficiente para um abade de Santa

⁷ Livro do Tombo da Quinta do Paço, Medição do Vincolo, fl. 18r.º.

A Passião e to mado por mim e deito juras
 mudo do o dei Lavado pelo metti faciu Compo
 elle Doutor Juiz do s'ombro me foy deito de que me
 mandou es tender nestes autos es ta ter mudo
 juramento que com elles assigney e m Zato do
 de de Bragaõ e b talido e la mara e b riva m
 do s'ombro vedrey e com lara me assigney e m
 brado s'orte de Bragaõ e b talido e la mara

Testam e instituiçao deste vinculo

Testuy e Maria Soza Sayoã quanto es es
 in ho merto virem e m es mto ho e m nodo
 Nascimento de Nho Senlor Jey e Englo de
 meil Seij centos quarenta e sette annos soy 1647
 que no dia do meil de Fevereiro da d'el Rey
 no mepedio do be venerando Jorge de beyro e b
 bade de Santa Sessoria e b stando em tolo
 e seu por feita suã que Nho Senlor de Deus
 a alguns tanto indy posto m a de pte mero
 do cora da morte de deixando por a suã
 m ho caminho da salvação por na salin
 e que deo Nho Senlor de de quem fates
 e quando serã servido de de ven per a sy me
 pedio a Nho Nho Goncalves e b rigo de
 Nho natural e fregia do mto teyro de São
 Elieyã de b foy de basto de m e ratur
 te que em comendava a sua alma a seu
 Nho Trindade que a b row e boga a Pa
 dre de bto pela morte de seu Unigenito Fillo
 a que rã de b b e m como de b b e a suã
 e estando para morrer na arvore da ve
 ra Cruz e pede a Nho Senlor de de de
 to por sua divina e b a q a q u d' m te b r
 de b b e f a m e r t o de dar seu b lio do seu
 que e m e r l i m e n t o s de seu trabalho de
 Jala tal com mero na vida que e b p m

Testamento e instituição do vínculo.

Senhorinha como Jorge Ribeiro, com rendimentos eclesiásticos, sentido de poupança e investimento, e com um *status* que lhe permitia deslocar-se de mula e projectar e condicionar, pela instituição vincular, o futuro da descendência de seus sobrinhos⁸...

2.1. Conforme fica patente, conhecemos a instituição vincular do Padre Jorge Ribeiro, abade de Santa Senhorinha, por *Treslado do Tombo do Vinculo*, feito a requerimento do Reverendo Doutor Manuel Félix de Sousa Pereira, morador na casa e lugar do Paço, então administrador do dito vínculo. Mediante exibição prévia de uma correspondente provisão régia de D. José e do documento da instituição, foi feita a «medição, tombação e tomo» das propriedades, e dado este por concluso, por sentença do Doutor Serafim dos Anjos Pacheco de Andrade, ex juiz de fora de Portalegre e juiz do tomo, publicada aos 28 dias de Abril de 1756.

Sendo este vínculo instituído por testamento do Padre Jorge Ribeiro, é central e especialmente revelador este documento trasladado no *Livro do Tombo da Quinta do Paço*.

O testamento, de 4 de Fevereiro de 1647, tem a estrutura formal habitual. Encontrando-se doente mas no seu perfeito juízo, Jorge Ribeiro pediu a Pedro Gonçalves Fernandes, clérigo de missa, natural e freguês do Mosteiro de S. Miguel de Refojos, que lho escrevesse da maneira que ele por sua boca o dissesse, após o que, «em fé da verdade» ambos o assinaram.

Depois da «encomendação» da sua alma e das pormenorizadas disposições de enterro e sufrágio, muito significativas das hierarquias celestes e bens espirituais invocados, seguem-se as esperadas declarações de escolas, deixas e legados, nomeadamente acautelando o necessário em vida para as suas primas Maria e Ana, outrossim encarregando a Domingos Fernandes, irmão de Maria, prima a quem o testador devia muitos serviços, de lhe dar todas as medidas que tinha de compra e o *pomar do Paço* e o *Souto dos Pocinhos*, devendo ser-lhe feita na cozinha do Paço um sótão de madeira em que dormisse, além de outras disposições como a de lhe ser encubado o vinho numa das cubas grandes da adega.

Estas recomendações impendem sobretudo, naturalmente, sobre Geraldo Falcão, sobrinho do Padre Jorge Ribeiro, seu testamenteiro e herdeiro, e sobre seus filhos. porquanto ele testador «de seus bens quer fazer vínculo e morgado e capela com obrigação de certas missas pera sempre enquanto o mundo durar»⁹. Esses bens, devidamente inventariados, andariam unidos nas pessoas que nomeava e seus descendentes. A saber: seria primeiro administrador Geraldo Falcão, «e por sua morte nomea[va] nele por sucessão a hum filho ou filha de sua mulher Domingas Ribeira. A descendência de sua sobrinha, Domingas Ribeira, é obviamente a pauta e eixo desta instituição. O primeiro que sucedesse à morte do casal Geraldo/Domingas, seria nomeação do primeiro administrador, Geraldo Falcão. Daí por diante, não havendo filho sucederia filha, e faltando descendente por linha direita do dito possuidor, sucederia o parente mais chegado, sendo da geração de Domingas Ribeira, sobrinha dele testador. Podia suceder clérigo ou religioso, «com condição que por morte de qualquer delles, assim clérigo como religioso», tornaria a suceder a geração prevista, «sem dar a isso outro sentido com mais condição que nelle não possam suceder filhos nem nettos naturais nem bastardos». Uma outra compreensível condição para suceder no vínculo era «saber ler e escrever e ajudar à missa», e não o aprendendo em termo de três anos pura e simplesmente perderia o morgado.

Retenha-se a informação de que, quem sucedesse no morgado, pagaria «do seu dote casando ou sendo casado vinte mil réis» que todos se empregariam «em bens livres», que tudo andaria junto e unido ao

⁸ Sobre alguns destes Ribeiros vindouros, da Casa do Paço de Santa Senhorinha, e suas ligações regionais, cf. José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, *Árvores de Costados das famílias nobres dos Reinos de Portugal, Algarves e Domínios Ultramarinos*, tomo II, Lisboa, Impressão Régia, pp. 206 e 208.

⁹ *Livro do Tombo da Quinta do Paço, Testamento e instituição deste vinculo*, fl. 6v.º.

morgado, «e além disso o rendimento do primeiro anno, tirados os gastos», tudo se empregaria em herdades livres que tudo andaria unido ao Morgado». Os referidos vinte mil réis, sendo casado, os entregaria logo, e, não sendo, «ao tempo do seu dotte», podendo recorrer a «pessoa abonada e cham», não fazendo depósito algum «em mão de escudeiro, que estes tanto que o tem em sy he dificultoso havelo delles¹⁰.

Quem de novo entrasse a suceder no morgado, dentro de um ano faria toda a diligência por cobrar todos os bens que seu antecessor tivesse «alheados ou desmembrados» por qualquer via que fosse, «tornando-os a unir e a ajuntar», com pena de perder o morgado ou a terça parte dos rendimentos, para alguma obra pia, em missas por alma do testador.

Uma outra «condição» posta pelo Padre Jorge Ribeiro foi que «as Casas do Paço» andassem «sempre bem concertadas e fabricadas», porquanto neste tempo via «o muito que custa[vajm as cousas» e o pouco caso que os sucessores faziam do muito que tinha custado o que possuíam, razão pela qual rogava aos senhores visitantes, a quem reforçava as expectativas de rendimento previstas, lhe fizessem «mercê e esmola tomarem conta muyto estreita desta capella de três em três annos», outrossim recolhendo de pessoas ajuramentadas boa informação sobre se se cumpriam as obrigações destas casas e de tudo o mais.



A Casa de Sestelo na actualidade.

2.2 Não vamos, naturalmente, descrever aqui o inventário das propriedades que o Padre Jorge Ribeiro obrigou ao vínculo, além dos prédios e do pomar do Paço, constando de razoável, ainda que relativamente modesto número de artigos, partindo com terras dos casais de Redrufe e de Sestelo, mas sobretudo na propriedade de foros impostos em campos de propriedade alheia na região.

A julgar por todas as aparências, a vontade testamentária do Padre Jorge Ribeiro, relativamente à anexação e incorporação de novas propriedades ao vínculo, foi cumprida pelos administradores.

Assim, logo o primeiro, o sobrinho Geraldo Falcão, casado com Maria Rebelo, incorporou o campo do Fundão e o Marmeleiro¹¹, e fazendo por sua vez testamento (16.11.1660), recorda essas benfeitorias feitas no vínculo do Paço. Este vínculo, juntamente com as contíguas terras da Quinta de Sestelo, eram deixadas a sua filha, Senhorinha Ribeira, casada com Pedro de Sousa, seu genro.

¹⁰ Cf. *Livro do Tombo da Quinta do Paço, Testamento e instituição deste vínculo*, fls. 7r.º a 10r.º.

¹¹ *Livro do Tombo da Quinta do Paço, Treslado dos Appensos juntos aos autos do Tombo*, fl. 68.

Domingos Ribeiro Falcão, seu filho, herdeiro e testamenteiro, juntamente com a mãe, destinado a bacharel por Coimbra, ficaria com o terço do pai, e competir-lhe-ia ser tutor e curador de seu irmão Geraldo, que a vontade paterna tinha «imposto para o Brasil», governando-lhe a respectiva legítima. A este filho ausente eram atribuídas as casas e campos que o pai tinha em Passos (freguesia anexa e contígua a S. Clemente) e as dívidas de que o pai era credor. Finalmente, o seu filho Gonçalo, fora dotado com o *casal do Souto*, que o pai tinha em S. Clemente, pelo que nada mais lhe deixava.



A *Casa do Souto* com a sua configuração da segunda metade de setecentos.

Em 1695, Pedro de Sousa Falcão, cavaleiro professo do hábito de Santiago, casado com D. Mariana de Sousa Pereira, moradores na sua Quinta de Sestelo, recebem o título do vínculo do Licenciado Domingos Ribeiro Falcão, e logo no ano seguinte da sua intitulação e posse do vínculo instituído pelo padre Jorge Ribeiro, Abade de Santa Senhorinha, fazem irrevogável doação ao mesmo de uma série de propriedades fundiárias que cumprem, garantem e aparentemente excedem as obrigações estipuladas pelo instituidor para o primeiro ano de exercício de cada titular na administração, nomeadamente quanto ao acréscimo/ entrega dos 20 mil réis previstos.

Crescia a importância e peso económico do morgadio, bem patente na expressão que a grandeza das casas dos *Ribeiro Falcão* passa a ter.

O Licenciado Domingos Ribeiro Falcão e sua mulher Jerónima da Silva viviam na casa de Alvação, em S. Pedro de Alvite. Como é evidente não era ainda esta casa que aqui vemos. Nem esta, nem as outras apresentadas. Mas os poucos exemplos apresentados mostram uma evolução de afirmação em ascensão social.



Imagens da Casa de Alvação, Alvite, na actualidade (Luís Jorge Cardoso de Sousa, *Casa de Alvação*, in *Cabeceiras de Basto – História e Património*, coord. Isabel Maria Fernandes, C. M. de Cabeceiras de Basto, p. 220).

A 7 de Maio de 1762, a Francisco Coelho de Magalhães, filho do capitão João Félix Falcão e de sua mulher D. Rosa Maria de Magalhães, morador na sua Casa de Redrufe, confinante com terras do vínculo da Quinta do Paço, era passada carta de brasão, ostentando, em escudo espartelado, as armas dos Falcões, Silvas, Araújo e Magalhães.

Este brasão, então registado no Cartório da Nobreza (*Liv. particular*, fl. 136), se pode hoje admirar na grande e belíssima pedra de armas *rocaille* que se guarda do lado direito da porta principal de entrada da Casa do Souto de S. Clemente.



Pedra de armas com o brasão de Francisco Coelho de Magalhães (Ribeiros Falcões)

Com efeito, era neto paterno do doutor João Carneiro da Silva Falcão, bisneto de Domingos Ribeiro Falcão e de sua mulher Jerónima da Silva, senhores que haviam sido da Casa de Alvação, terceiro neto de Geraldo Falcão e de sua mulher Domingas Ribeiro, senhores da Casa do Souto de S. Clemente; neto materno de Manuel Álvares Magalhães e Araújo, mestre de campo de infantaria auxiliar da Província do Minho, fidalgo cavaleiro; bisneto de Francisco Álvares de Araújo, capitão-mor da vila de Basto, e de sua mulher D. Maria de Magalhães; terceiro neto de António Francisco Álvares de Araújo, familiar do Santo Ofício, sargento-mor da dita vila, todos da mesma Casa e Torre de Gandarela de Basto¹².

Em suma, mesmo a um relance sumário, tudo parece exprimir o teor da boa aposta, virada ao futuro, que o Padre Jorge Ribeiro havia feito na instituição vincular... dos idos de 1647...

¹² Cf. Visconde de Sanches de Baena, *Arquivo Heraldico-Genealogico*, Lisboa, 1872, n.º 754, *Ribeiros Falcões*, p. 189.